

A GAUDIUM ET SPES E AS CIÊNCIAS

Urbano Zilles

A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (GS) nasceu diferentemente de outros documentos do Concílio Vaticano II. Seu objetivo não é a definição infalível de verdades doutrinárias de fé. É um documento que os autores qualificam de *pastoral*. No dia 17/10/64, poucos dias antes de começarem os debates conciliares, D. Emílio Guano, Presidente do grupo que elaborou o texto, apresentou-o aos jornalistas do mundo, com as seguintes palavras: “É a Igreja que dirige o seu olhar para a civilização atual, para as necessidades e aspirações dos homens de hoje, para as transformações e orientações novas que caracterizam a sociedade hodierna, como o desenvolvimento da civilização sob o influxo da ciência e da técnica” (*Kloppenburg*, v. IV, p. 196). Com esse documento, o Concílio queria exprimir e favorecer o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo, um mundo marcado pelas conquistas da tecnociência.

A GS aponta para as mudanças rápidas e profundas que desorientam muitas pessoas: “A perturbação atual dos espíritos e a mudança das condições de vida estão vinculadas a uma transformação mais ampla das coisas. Esta faz com que as ciências matemáticas e naturais ou as que tratam do próprio homem adquiram preponderância crescente na formação do pensamento, enquanto a técnica, derivada daquelas ciências, influencia na ordem da ação” (n.5).

O objetivo da *GS* é, pois, o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. O futuro da Igreja dependerá, em grande parte, de sua capacidade de dialogar com a tecnociência. Sem dificuldade, lideranças leigas e intelectuais, em meados do século XX, percebiam que a hierarquia da Igreja católica trabalhava, muitas vezes, com uma visão de mundo que não correspondia mais à realidade. Ao cientista católico restava a pergunta: como conciliar a secularização do mundo com a radicalidade do Evangelho? Como responsabilizar sua fé perante a razão crítica da tecnociência e de seu progresso? Não será a fé uma maneira hábil de se acomodar às coisas, fugindo da responsabilidade histórica de construir um mundo novo possível? Será a fé cristã um obstáculo ao desenvolvimento científico? Ou será o desenvolvimento da ciência um obstáculo à fé cristã?

1 Uma nova idade

A *GS* constata: “Modificaram-se profundamente as condições de vida do homem moderno, do ponto de vista social e cultural, de tal modo que é lícito falar de uma idade nova da história humana” (n. 54). O Concílio não condena tal evolução, mas procura dar-lhe parâmetros que garantam a dignidade da pessoa humana.

O que mudou concretamente?

A minha geração ainda foi educada dentro do dilema: *ou* Deus *ou* mundo. Nessa alternativa o mundo conotava o mal, o pecado. Ao cristão cabia, pois, opor-se ao mundo. Ora, tal alternativa não resiste a um exame mais crítico à luz da fé cristã. Seria possível dizer sim a Deus para dizer não a sua obra? Ou não é Deus o criador do mundo? Haveria algum caminho fora do mundo para chegar a Deus?

Os cristãos, sobretudo os católicos, muitas vezes eram acusados de reacionários ou alienados, porque negligenciavam o compromisso com a terra para refugiar-se no além. Acomoda-

vam-se a discriminações e à miséria neste mundo, na esperança da recompensa no céu. Assim, em 1949, quando três jovens jesuítas daqui do Sul do Brasil se aventuraram como missionários no Japão, tiveram que ouvir a procedente objeção dos não-cristãos: “Como vocês justificam a miséria das favelas do Rio de Janeiro perante o Evangelho que anunciam?” De maneira semelhante Mahatma Gandhi afirmara: “Se os cristãos vivessem o Evangelho, eu seria o primeiro a ter que converter-me ao cristianismo”.

Até ao Concílio Vaticano II, na Igreja católica, predominava uma visão estática do mundo. Quando o jesuíta Teilhard de Chardin, falecido em Nova Iorque em 1955, apresentou uma visão dinâmico-evolutiva do mundo, foi proibido de publicar suas obras durante a vida, e, ainda em véspera do Concílio, o Vaticano publicou um *monitum* (advertência), restringindo o acesso dos seminaristas à leitura das mesmas. A partir de uma interpretação literal fundamentalista do Gênesis, defendia-se um criacionismo inconsistente como única alternativa para o evolucionismo. No meu tempo de ginásio e colégio, na década de 1950, nas aulas de apologética, perguntava-se: “Quem tem razão: Moisés ou Charles Darwin? Ou criação ou evolução?” Tratavam-se as duas questões como inconciliáveis, porque somente se admitia a intervenção direta de Deus. Defendia-se o conceito de criação com argumentos metafísicos: o efeito não pode ser maior que a causa. Ora, se houvesse evolução de um pré-hominóide para o homem, o efeito seria maior que a causa, como se Deus, agindo através de sua obra, deixasse de ser a causa última. Não se percebia que a alternativa “criação ou evolução” era falsa, que o conceito científico de evolução pressupõe o conceito teológico de criação. Portanto, criação e evolução são dois conceitos que não se excluem mas se complementam mutuamente.

O Concílio caracteriza o momento: “O gênero humano encontra-se hoje em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao u-

niverso inteiro” (GS n.4,2). Alguns aspectos das situações profundamente mudadas, que a *Gaudium et Spes* apresenta, são:

1 – *Difusão de um espírito científico e técnico*, achando-se as ciências matemáticas, naturais e humanas intimamente associadas às técnicas. Nisso, na época, via-se a principal transformação da cultura humana e do próprio modo de pensar.

2 – *A conquista do espaço interplanetário* espanta e, ao mesmo tempo, causa admiração ao homem, ampliando sua visão da face da terra. Com isso experimenta, não só sua grandeza, mas também sua pequenez.

3 – O homem também amplia seu *domínio sobre o tempo*, quer sobre o passado, através dos estupendos progressos da História, quer sobre o futuro, através de novas perspectivas e planificação.

4 – O progresso das ciências biológicas, psicológicas e sociais permite *maior conhecimento do homem sobre si mesmo*. O planejamento penetra em todas as áreas, inclusive na família, na política da população.

5 – As mudanças ocorrem tão rapidamente nos diversos campos do saber que se tornou difícil acompanhá-las todas. Passamos de uma ordem estática das coisas para uma concepção dinâmica e evolutiva. Concepções, como a de Teilhard de Chardin, que antes pareciam perigosas, marcaram a própria *Gaudium et Spes*.

6 – *As mudanças são tão abrangentes que envolvem a todos e a tudo*. Tomamos consciência de que o destino da humanidade torna-se cada vez mais uno. Em outras palavras, há uma evolução que inclui a humanidade inteira. Trata-se de mudanças provocadas pela própria inteligência do homem e por sua atividade criadora, atingindo o próprio homem em todas as suas dimensões. Com isso, tornou-se difícil discernir o que é permanente e o que é apenas transitório (GS n.5).

As mudanças criam novos complexos de problemas, provocando a necessidade de um espírito crítico, inclusive no campo

religioso. Dentro dessa nova situação, a fé tenderá a ser uma adesão cada vez mais pessoal e ativa. Não havendo postura crítica, aumenta o perigo do *fideísmo fácil* ou então se opta por um *agnosticismo* acomodado, que certamente ameaça amplas camadas do cristianismo. O resultado poderá ser ou um *fanatismo fundamentalista*, ou um *indiferentismo religioso*.

Na análise descritiva das transformações, os Padres conciliares apontam para tensões, desequilíbrios e contradições dessa evolução. O homem é visto, ao mesmo tempo, como “causa e vítima” dessas tensões e desses desequilíbrios (GS n.8). Por outro lado, o Concílio vê as esperanças e os anseios humanos do processo de transformações rápidas e profundas.

Os modos de viver evoluem. Cresce a civilização urbana, seja pela multiplicação das cidades e aumento de seus habitantes, seja pela expansão do modo de vida urbana às zonas rurais. A nova civilização torna-se móvel pelas facilidades dos meios de locomoção. Os novos instrumentos de comunicação social criam uma infra-estrutura para difundir rapidamente as notícias e as idéias em dimensões planetárias.

A pergunta que nos colocamos: neste mundo novo ainda haverá lugar para Deus? Não será o próprio homem deus para o homem?

A cultura racionalista da tecnociência reduziu o homem à sua razão – *penso, logo sou* –, e a razão, por sua vez, à razão instrumental. Esta redução do homem à sua razão instrumental tematiza o universal, o geral, excluindo tudo que a ela não se submete ou que extrapola seus limites para a subjetividade. Assim, dentro do processo histórico-cultural da modernidade, o racionalismo científico expulsou questões tradicionais e sempre atuais, como Deus, fé, para o âmbito subjetivo, privado. Dessarte, multiplicam-se as Igrejas. Na Igreja católica, houve uma resistência muito grande e longa contra as conseqüências do Iluminismo racionalista, sem uma avaliação crítica mais profunda. Dessa ma-

neira, a Igreja não reconheceu o racionalismo iluminista como filho legítimo.

Criticamente cabe perguntar: qual a filosofia estritamente racional e, por isso, universalmente válida? Nenhuma filosofia das que conhecemos expressa a razão completa do homem, sendo, muitas vezes, difícil discernir o limite entre o racional e o irracional. Onde, por exemplo, no racismo nazista termina o racional e começa o irracional? O mesmo poderíamos dizer das guerras, do terrorismo. Em todo caso, parece pouco racional querer mutilar a razão humana, reduzindo-a à razão instrumental.

Ora, o Concílio Vaticano II, através da *GS*, é uma tentativa bem-sucedida, embora ainda pouco estudada e praticada pelos próprios católicos, de reconciliar a Igreja com a modernidade. No mundo da tecnociência é preciso descobrir o espaço vital para a fé, uma fé esclarecida. Se Deus é o autor da fé e da razão, não se podem contradizer nem excluir mutuamente. Nesse mundo novo da tecnociência surgem problemas novos que desafiam tanto a fé como a própria razão em busca de novas respostas.

2 Cultura e ciências

A *Gaudium et Spes* afirma que a Igreja não se identifica com determinada forma de cultura. Isso significa que o cristianismo não se identifica, ou não se deveria identificar com a cultura européia. Como outrora o Evangelho se encarnou na cultura greco-romana, pode encarnar-se nas novas culturas de nossos tempos, expressando-se em novas linguagens da música, da arte em geral, inculturando-se. Temos consciência, por um lado, do pluralismo cultural e, por outro, de uma cultura que se estabelece cada vez mais em dimensões universais. Há na cultura, marcada pela atividade científica, abertura possível ao divino? Qual a relação entre a vocação religiosa e a vocação terrena do homem?

O Concílio Vaticano II afirma a autonomia da cultura e das ciências: “Retomando os ensinamentos do Concílio Vaticano

I, declara que há duas ordens de conhecimento distintas, a saber: a da fé e a da razão. Portanto, a Igreja não pode absolutamente impedir que as artes e disciplinas humanas usem de princípios e métodos próprios, cada uma em seu campo. Por isso, reconhecendo a justa liberdade, afirma a legítima autonomia da cultura humana e particularmente das ciências” (GS n.58).

Charles Moeller, ao comentar a promoção da cultura na *Gaudium et Spes*, afirma que “cumprir evitar as piedosas generalidades que as bocas eclesiais passam como sendo pródigas” (Baraúna, p. 404), seja para elogiá-las ou para criticá-las. É preciso penetrar neste mundo para conhecê-lo a fundo e discernir, não só os limites, mas também as possibilidades.

O Concílio Vaticano II constata: “Por seu trabalho e inteligência, o homem tentou sempre desenvolver mais a sua vida. Hoje, porém, sobretudo ajudado pela ciência e técnica, o homem alargou, e alarga continuamente, o seu domínio sobre quase toda a natureza, primeiro com o auxílio de maiores recursos do variado comércio entre as nações, a família humana pouco a pouco se reconhece e se constitui como comunidade do mundo inteiro. Por isso, muitos bens que o homem aguardava antigamente, sobretudo de forças superiores, hoje já os consegue pelo trabalho próprio” (GS n. 33).

Dizia o filósofo espanhol José Ortega y Gasset: “O homem não se contenta com o simples viver. Busca o bem-viver”. Com o trabalho de suas mãos e de sua inteligência, dizia Teilhard de Chardin, consagra o mundo como o padre consagra a hóstia no altar. A GS diz que as obras produzidas pelo talento e energia dos homens não se opõem ao poder de Deus nem são competição da criatura racional com o Criador. Antes, as vitórias do gênero humano são um sinal da magnitude de Deus. É verdade que, quanto mais cresce o poder dos homens, mais cresce sua responsabilidade. Nesse sentido, a mensagem cristã não desvia o homem da criação do mundo, nem o leva a negligenciar o bem de seus semelhantes, mas o obriga a contribuir para o seu pro-

gresso. Para dialogar com esse mundo, também o teólogo primeiro deve ouvir e ver, sabendo que nem sempre dispõe de resposta pronta. Antes de ensinar, deve aprender. E se quiser ensinar, espera-se que tenha estudado bem a teologia.

A tecnociência por si só não humaniza o mundo. Mas, sem ela, é impossível viver humanamente hoje. Até a caridade torna-se ineficiente e ineficaz, pois, se, por exemplo, num hospital, faltam médicos com conhecimentos das conquistas mais recentes da medicina, sua ação em benefício do próximo será muito limitada. Se um padre na celebração não sabe usar o microfone, perturba a assembléia. A tecnociência hoje tem *know-how* para alimentar dignamente toda a população do planeta e sabe como possibilitar acesso a todos e a cada um aos bens materiais e espirituais. Mas não basta sabê-lo, é preciso querer. Não basta produzir alimentos. É preciso distribuí-los. E esta é uma questão ética.

A *GS* afirma a autonomia das ciências: “Se por autonomia das realidades terrestres entendemos que as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem, é necessário absolutamente exigí-la” (*GS* n.36). Segundo o Concílio, isso está de acordo com a vontade do Criador. Por isso, “se a pesquisa metódica, em todas as ciências, proceder de maneira verdadeiramente científica e segundo as leis morais, na realidade nunca será oposta à fé: tanto as realidades profanas quanto as da fé originam-se do mesmo Deus” (*GS* n.36). Aqui a *Gaudium et Spes* parte do pressuposto tradicional de que a luz da razão e a luz da fé provêm ambas de Deus e que por isso não se podem contradizer. Da mesma maneira, o sujeito da ciência e da fé é o mesmo homem, que empenha sua razão para fazer ciência e filosofia e opta por um sentido do que faz e é, ao crer em Deus. Para crer, não precisa renunciar à razão crítica. Antes deverá usá-la de maneira adequada e pertinente.

A Igreja tenta a reconciliação com o mundo da modernidade, o mundo da tecnociência, e até pede desculpa por erros no passado: “Permita-se-nos lamentar algumas atitudes que não faltaram, às vezes, entre os próprios cristãos por não se reconhecer claramente a legítima autonomia das ciências”, criando abismos entre a fé e a ciência (*GS* n.36). Assume, pois, uma atitude positiva, não de condenação.

A absorção da filosofia pela teologia, na Idade Média, criou uma unidade profunda que, no Ocidente, somente foi rompida nos tempos modernos. Desenvolveu-se um espírito racionalista tão radicalizado que se chegou a uma oposição entre fé e razão ou a absorver a fé na filosofia. A separação entre fé e razão criou um racionalismo que se distanciou da fé e, de outro lado, muitos cristãos se refugiaram no fideísmo. Muitos vêem a fé como obstáculo para o pleno desenvolvimento da razão ou, então, vêem na razão uma ameaça para fé.

Da autonomia das realidades terrestres decorre a liberdade de pesquisar a verdade como exigência da dignidade da pessoa humana, de manifestar e divulgar a própria opinião e cultivar a arte que desejar (*GS* n. 59). Além disso, o Concílio reconhece que os fiéis, clérigos ou leigos, têm a justa liberdade de investigação e de pensamento, bem como a justa liberdade de exprimir as suas idéias com humildade e firmeza, nos assuntos de sua competência (*GS* n. 62).

O Concílio reconhece plena autonomia à pesquisa científica, “observadas a ordem moral e a utilidade comum” (*GS* n. 59). Nem tudo que sabemos fazer, o devemos fazer de fato. Sabemos construir bombas atômicas para destruir massas humanas com eficiência. Mas o saber científico também tem caráter ético. Não basta saber como produzir alimento para todos, mas é preciso distribuí-los. E esta é uma decisão ética.

Há novos desafios no mundo atual que são evitados, não só por filósofos, mas também por teólogos. O progresso da tecnociência mostra que as normas éticas tradicionais tornaram-se

insuficientes ou inadequadas para nossos dias. Exige-se uma nova ética, baseada, por um lado, na objetividade e, por outro, no serviço à vida. Tais critérios devem ser procurados e, em geral, só podem ser afirmados com certa probabilidade, porque quase sempre ignoramos, nesse campo, as conseqüências de nosso agir a longo prazo. Por isso, tais critérios devem ser permanentemente reavaliados, tanto à luz da fé quanto à luz da razão.

O Concílio tentou uma reconciliação da Igreja com a tecnociência. Quando Tomás de Aquino reconhece a autonomia da filosofia em relação à teologia, as ciências ainda estavam integradas à filosofia. Conquistaram sua autonomia nos tempos modernos, não sem conflitos com a hierarquia da Igreja. É verdade, depois do Vaticano II, num gesto de grande humildade, João Paulo II, repetidas vezes, pediu perdão pelos erros do passado. Mas, se não se levarem mais a sério as orientações dadas pelo Concílio Vaticano II, no futuro, outros papas terão que pedir perdão pelos graves erros que se cometem no presente. Muitas vezes, se pronunciam julgamentos apressados, sem o necessário conhecimento do que está em causa. Atrás de muitos anátemas esconde-se insegurança na fé e ignorância. E isso porque, desde a formação nos seminários, trabalhamos com conceitos de ciência já superados, e a teologia nem sempre é estudada com a seriedade que o mundo hoje exige. O estudo sério dos novos problemas tornou-se a condição indispensável para falar de verdadeira evangelização. Sem um estudo sério da filosofia e da teologia, a ação pastoral degenera em vazio estéril.

O conhecimento científico não é privilégio de partido político ou de religião. A ciência exige competência. O cientista faz sua opção política e religiosa. Hoje não se faz mais ciência como no tempo de Aristóteles e Tomás de Aquino. Entre o cientista e o objeto a ser estudado interpõem-se equipamentos sofisticados e processos muitas vezes complexos. Se o médico outrora fazia o diagnóstico diretamente pela visão e pelo ouvido, hoje usa equi-

pamentos sofisticados e pede análises de laboratórios especializados para diagnosticar doenças, antes de proceder à cura.

As ciências procedem de maneira analítica. Nos tempos modernos, a análise desemboca, ao natural, para a especialização. E a especialização produz a fragmentação do saber, uma fragmentação que sempre mais dificulta a visão de conjunto ou síntese. Mas, ao mesmo tempo, a fragmentação do saber nos ensina que todo o saber científico é limitado, não lhe cabendo juízo sobre o que o transcende. Por isso, o saber científico é perfectível, mas sempre aberto: “Com efeito, diz a *Gaudium et Spes*, os estudos e as descobertas mais recentes das ciências, da história e da filosofia despertam problemas novos, que acarretam consequências também para a vida e exigem dos teólogos novas investigações. Além disso, os teólogos, observados os métodos próprios e as exigências da ciência teológica, são convidados sem cessar a descobrir a maneira mais adaptada de comunicar a doutrina aos homens de seu tempo, porque uma coisa é o próprio depósito da fé ou as verdades, e outra é o modo de enunciá-las, conservando-se contudo o mesmo significado e a mesma sentença” (*GS* n. 62). Estuda-se teologia para aprender a traduzir a consciência da fé cristã de maneira convincente para dentro desse mundo novo sem traí-la.

A *Gaudium et Spes* convida os fiéis a unirem os conhecimentos das novas ciências e doutrinas, e das últimas descobertas, com a moral e os ensinamentos da doutrina cristã, para que a cultura religiosa e a retidão moral caminhem, junto dos mesmos homens, no mesmo passo do conhecimento das ciências e da técnica em progresso incessante e, assim, consigam eles apreciar e interpretar todas as coisas com sensibilidade autenticamente cristã (cf. *GS* n. 62). Não precisamos ter medo das ciências. Se não provam a existência de Deus, muito menos provam sua não-existência. O conhecimento verdadeiramente científico jamais será impedimento para crer em Deus.

3 Teologia e filosofia

Diz a *Gaudium et Spes* que “aqueles que se dedicam às disciplinas teológicas, nos Seminários e Universidades, procurem colaborar com os homens que sobressaem nas outras ciências, colocando em comum suas energias e opiniões” (*GS* n. 62). Infelizmente, os centros de estudos teológico-filosóficos muitas vezes vivem em verdadeira redoma de cristal, sem capacidade de diálogo. O engajamento nos movimentos populares muitas vezes serve de fuga do mundo real da tecnociência que, bem ou mal, determina os próprios movimentos populares.

Continua a *GS*: “A pesquisa teológica, ao mesmo tempo que aprofunda o conhecimento da verdade revelada, não negligencie o contato com o próprio tempo, para que possa fornecer um conhecimento mais completo da fé aos homens, preparados nos diversos ramos do saber” (n. 62).

A maior mudança da *GS* é a atitude de abertura e diálogo. Que erros a Igreja, no passado, cometeu nesse campo? Desde o início dos tempos modernos, a Igreja fechou-se às novidades, tanto na filosofia como na ciência, embora antigo e novo não sejam critério de verdade. A atitude de defesa se expressa na formação do clero nos Seminários tridentinos; na condenação sumária das descobertas de Galileu Galilei, Copérnico, etc. O processo histórico-cultural da modernidade, sob o nome de modernismo, não só foi condenado pela hierarquia, mas objeto do juramento antimodernista que tinha que ser feito por todos os membros do clero. As teorias evolucionistas de Darwin, até Teilhard de Chardin, foram condenadas. Criou-se um índice dos livros proibidos. A atitude da Igreja em relação a novas idéias era de condenação, porque desafiavam e podiam gerar insegurança. Houve, sem dúvida, exagerado zelo pela ortodoxia doutrinária.

Uma conseqüência é que na filosofia, nos tempos modernos, a grande maioria dos pensadores mais críticos, no Ocidente, não eram católicos. Dos numerosos autores críticos, infelizmen-

te, também não se aprendeu a discernir as críticas contra a Igreja naquilo em que eram procedentes. Cultivou-se um saudosismo do grande Tomás de Aquino morto, não do vivo. O Aquinate vivo dialogava com os pensadores muçulmanos e judeus, discernindo, à luz da razão e da fé cristã, aceitando ou rejeitando suas idéias. O morto responde a problemas velhos e dá muitas respostas a perguntas hoje não-feitas. Foge-se dos problemas novos que exigem respostas novas, desafiando, não só a fé, mas também a razão. Ora, no espírito de Tomás de Aquino, a teologia precisa de coragem e competência para dialogar com todas as correntes filosóficas atuais e com as ciências que, na época do Aquinate, ainda integravam a filosofia ou, então, a teologia deveria retomar a atitude corajosa dos Santos Padres, nos primeiros séculos, para o diálogo fecundo e esclarecedor com grandes pensadores pagãos. Nos tempos modernos, na Igreja, percebemos tamanha insegurança para o diálogo com opositos que se refugia na fortaleza das condenações e excomunhões. Na teologia e na filosofia, prefere-se uma reprodução imanente, ou seja, o diálogo com os clones, reproduzindo vícios e diminuindo virtudes. Por isso condenaram-se globalmente teorias evolucionistas, existencialistas e outras, e, enquanto possível, resistiu-se à própria formulação dos direitos humanos, etc. A Igreja antiga, inspirada em São Paulo, tinha um princípio de convivência e diálogo que é bem atual: “Nas coisas necessárias unidade, nas dúbias e incertas liberdade, mas em todas a caridade”.

A *GS* do Vaticano II significa uma mudança radical de parte da Igreja. A Igreja assume atitude de abertura e diálogo. Essa atitude positiva lemos, por exemplo, quando diz: “Aqueles que se dedicam às disciplinas teológicas nos Seminários e Universidades procurem colaborar com os homens que sobressaem nas outras ciências, colocando em comum suas energias e opiniões. A pesquisa teológica, ao mesmo tempo que aprofunda o conhecimento da verdade revelada, não negligencia o contato com o próprio tempo, para que possa fornecer um conhecimento mais

completo da fé aos homens preparados nos diversos ramos do saber. Esse trabalho em conjunto será de máximo proveito para a formação dos ministros sagrados: poderão apresentar de modo mais adaptado a doutrina da Igreja sobre Deus, o homem e o mundo, aos contemporâneos, que, por sua vez, acolherão mais prazerosamente a palavra de Deus” (GS n. 62).

A *Gaudium et Spes* estabelece uma hierarquia de valores, colocando no topo o homem em sua dignidade. A tecnociência deve estar a serviço de todos os homens e do homem todo. Para superar as acentuadas diferenças econômico-sociais, afirma: “Para satisfazer as exigências da justiça e da equidade, deve-se esforçar vigorosamente, para que, respeitando-se os direitos das pessoas e o caráter próprio de cada povo, se suprimam, o mais depressa possível, as acentuadas diferenças econômico-sociais que hoje existem e crescem, com freqüência ligadas à discriminação individual e social” (GS n. 66).

No número 67, a *GS* fala de justa remuneração. Ora, aqui toca num assunto delicado. Enquanto nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, não houver limites para a diferença entre salário mínimo e máximo, só poderá haver agravamento das diferenças econômico-sociais. O salário máximo não deveria ser maior do que em torno de vinte vezes o mínimo. Por que se discute longamente o salário mínimo, no parlamento, e, para aumentar o salário dos próprios parlamentares 50 ou 60 vezes mais que o mínimo, bastam cinco minutos? Aliás, eticamente, até me parece problemático que o Poder Legislativo fixe seus próprios salários e ao Executivo, ou seja, ao povo, cabe apenas pagar. Se os representantes do Poder Legislativo e de seus numerosos assessores fossem remunerados por aquilo que produzem, bom número não mereceria sequer um salário mínimo.

A *GS* constata que “cresce a persuasão de que o gênero humano não só pode, mas deve fortalecer cada dia mais o seu domínio sobre as coisas criadas; além disso, que lhe compete estabelecer uma organização política, social e econômica que, com

o tempo, sirva melhor ao homem e ajude cada um e cada grupo a afirmar e cultivar a própria dignidade” (GS n. 9). Isso, certamente, não se consegue com o paternalismo das esmolas, que não raro são uma forma capitalista de governos dominarem e escravizarem o povo, mas através da criação de empregos, com trabalho digno e remuneração justa. Para isso é perversa a educação que somente luta por igualdade de direitos, esquecendo a igualdade de deveres.

A *Gaudium et Spes* foi promulgada, há quarenta anos, pelo Concílio Vaticano II. Sem dúvida, já produziu muitos frutos. Sua mensagem permanece atual e ainda merece ser lida e estudada, tanto pelo clero, como pelos leigos. Mas muitas coisas novas aconteceram, desde sua promulgação. João Paulo II publicou a Encíclica *Fides et Ratio*, atualizando alguns aspectos pertinentes a nossa questão. Entretanto, não faltam a cada dia novos desafios no campo da ética, da liturgia, do direito e da pregação. Para evangelizar o mundo de hoje, é preciso conhecê-lo e amá-lo, conhecer e amar o Evangelho. Sem amor, não há evangelização.

Concluo com uma idéia tirada da última palestra que Ratzinger fez como Cardeal, em Subiaco, no dia 1º de abril de 2005, quando afirma que o cristianismo, desde o começo, compreendeu-se a si mesmo como a religião do *lógos*, ou seja, como a religião da razão. Por isso não se apoiou em religiões precedentes, mas na filosofia grega. Nesse sentido, podemos dizer que o racionalismo da modernidade tem origem cristã. O Concílio Vaticano II, na *GS*, sublinhou essa correspondência entre cristianismo e humanismo em busca de uma verdadeira conciliação entre a Igreja e a modernidade, mostrando não só limites mas também possibilidades de ambas.

REFERÊNCIAS

- ALBERIGO, G. (Dir.) *História do Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1996. V. I.
- BARAÚNA, G. (Org.). *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967.
- KLOPPENBURG, Boaventura (Org.). *Concílio Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1965. V. IV
- VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 1972.